



ESCATOLOGIA MEDIEVAL: DOMINAÇÃO, PROFETISMOS E MEDO

Emmanuel Roberto Leal de Athayde

ESCATOLOGIA MEDIEVAL: DOMINAÇÃO, PROFETISMOS E MEDO

Emmanuel Roberto Leal de Athayde¹

RESUMO

O tema escatologia, isto é, sobre os últimos acontecimentos da história da humanidade, não é um assunto de exclusividade da esfera do cristianismo. Vemos, no judaísmo, antes mesmo de a fé cristã surgir, e noutras culturas, povos e religiões, a preocupação com o final dos tempos. No que diz respeito à escatologia medieval, ainda há carência de textos e reflexões sobre o assunto, o que motivou a escrita deste artigo. Assim, nesta reflexão, buscou-se apresentar o ambiente cristão e, especificamente, o mundo medieval, quando a Igreja cristã havia se consolidado hegemonicamente, dominadora e manipuladora do sagrado. Para entendermos um pouco esse assunto — pois, obviamente, não temos como ser exaustivos, devido à própria complexidade do tema — traçou-se um percurso, que começará entendendo como a Igreja se tornou essa voz quase que exclusiva no medievo. Além disso, abordam-se alguns profetismos vigentes na época, isto é, as vozes anunciadoras do fim que ecoaram e se fortaleceram nesse contexto medieval. E, por fim, o que isso ocasionava no grande público, a saber, o medo que se alojava nos fiéis, pois, em vez de ser uma mensagem de esperança e segurança para aqueles que estão sob a fé do Cristo, trouxe pânico e a consolidação do domínio da Igreja. Esses objetivos surgiram diante da pergunta que o artigo se propôs a responder: Como a Igreja cristã medieval tratou do tema escatologia? E, com a pesquisa, observou-se, além de previsões equivocadas, uma mensagem não de esperança, mas de medo, e mais um meio de a Igreja medieval dominar os fiéis.

Palavras-chaves: Escatologia. Idade Média. Dominação. Profetismos. Medo.

¹ Bacharel em Teologia e Mestre em Ciências da Religião pela Universidade Presbiteriana Mackenzie e Doutor em Ciências da Religião pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.



INTRODUÇÃO

A proposta deste artigo é tratar do ambiente escatológico no medievo, abrangendo tanto a alta como a baixa Idade Média², uma época repleta de acontecimentos, marcada por guerras, violências das mais diversas, pestes, fome, lutas por poder e tantas outras questões que tentaram ser interpretadas à luz da religião cristã.

Nesse período a Igreja Católica Romana detinha a hegemonia do cristianismo, sendo ela a única portadora aceitável pelo homem medieval da mensagem cristã. Assim sendo, para entender como chegou a este patamar, faz-se necessário compreender a construção dos discursos que legitimaram a sua posição.

No início do cristianismo, a Igreja romana não tinha toda essa proeminência, mas ao longo dos anos, foi se afunilando e legitimando seu poderio diante de toda a cristandade.

A mensagem escatológica medieval se deu de várias formas, desde textos escritos, tentando comentar passagens escatológicas bíblicas, como o próprio Apocalipse, além de toda uma iconografia que estampava cenas dos últimos tempos. Tudo isso, foi formando um imaginário não apenas no ambiente religioso, mas nos fiéis, que eram totalmente dependentes da intermediação da Igreja para as coisas sagradas por ser a única detentora das chaves do céu e, para se entrar nele, tinha a exclusividade da intermediação da Igreja.

2 Falta harmonização em relação à Idade Média, pois há diferentes recortes entre os medievalistas. Por exemplo, Pierini (1997, p.6) propõe uma “[...] primeira Idade Média”, que vai de 450 a 950, apr.; uma ‘alta idade média’, que vai de 950 a cerca de 1250; e a ‘baixa Idade Média’, que vai de 1250 a 1500 apr.”. Se for observada a opinião de um outro medievalista, essa microdivisão será um pouco diferente: Hilário Franco Júnior (1986, p.12-17) defende a seguinte divisão: do século IV ao VIII corresponde à Primeira Idade Média, dos séculos VIII ao X à Alta Idade Média, o seguinte recorte de Idade Média Central que vai dos séculos XI ao XIII e por fim, o último período de Baixa Idade Média que corresponde aos séculos XIV ao XVI. Ao atentar para outros autores, nos depararemos com diferentes recortes.

As imagens destacadas eram horripilantes, assustadoras, intimidadoras, ao invés de ser uma mensagem de esperança e vitória final, como Delumeau em sua obra *História do medo no Ocidente: 1300-1800* (1989), pois a ênfase das mensagens apocalípticas de então estava nos desastres que antecedem o estabelecimento do Reino dos céus sob ações do maligno, seu principal opositor.

Nesse período, surgiram algumas vozes, que procuraram apresentar o assunto, fazendo previsões, buscando interpretar seu tempo, como também denúncias e juízo aos ditos infiéis. Com o tempo, muitas dessas vozes se voltaram contra a Igreja institucionalizada, e claramente, ela no seu direito adquirido, para alguns, usurpado, começou a reagir utilizando-se da força e da violência. Portanto, o que se vê, é um ambiente hostil, intimidatório, cujo medo se estabelece com muita intensidade, tudo isso marca a escatologia medieval.

O profetismo além de ser um discurso de revelação, previsões dos tempos finais da humanidade, ganha cada vez mais característica de denúncia, afinal, a Igreja amoldou-se aos comportamentos humanos utilizando-se da violência, da corrupção, luxúrias e entre outros, agindo de forma a se tornar um escândalo para a cristandade.

É nesse contexto que se estabelece a escatologia medieval, sob revelações, denúncias, e muito medo, longe da perspectiva bíblica da esperança, do conforto após o tempo de angústias e tribulações, afinal, ao “vencedor darei o direito de sentar-se comigo em meu trono, assim como eu também venci e sentei-me com meu Pai em seu trono” (APOCALIPSE 3.21).

1.A CONSTRUÇÃO DO PROCESSO DE DOMINAÇÃO DA IGREJA: DA PATRÍSTICA À BAIXA IDADE MÉDIA

Jesus já havia dito que edificaria a Sua Igreja (Mt 16.13-19) e nem mesmo as portas do inferno seriam capa-



zes de detê-la. O livro de Atos dos Apóstolos relata o início da Igreja aqui na terra, a partir da descida do Espírito Santo sobre os seus discípulos e o avanço da mensagem pregada por eles.

Após a primeira geração, houve continuidade na sua expansão, bem como questões que foram sendo tratadas e doutrinas elucidadas no decorrer dos anos.

Clemente de Roma, aproximadamente 40 anos após a redação da Carta do apóstolo Paulo à Igreja de Corinto, por volta do ano 95, escreve também um texto direcionado a esta comunidade, conhecida como Primeira Carta de Clemente aos coríntios, visando tratar algumas questões que a Igreja estava passando.

92

De acordo com a carta de Clemente a Igreja de Corinto estava em conflito, numa revolta de alguns membros contra os presbíteros locais (47.6) e Clemente procura estabelecer a paz, harmonia e justiça, pois os presbíteros eram, segundo eles irreprensíveis e com isso, era uma injustiça o que sofriam.

Clemente procura apresentar a Igreja que tal atitude era um ato de rebeldia contra o próprio Deus, que havia estabelecido estes como liderança na Igreja local.

Os apóstolos receberam do Senhor Jesus Cristo o Evangelho que nos pregaram. Jesus Cristo foi enviado por Deus. Cristo, portanto, vem de Deus, e os apóstolos vêm de Cristo (...) desde há muito tempo, a Escritura falava dos bispos e dos diáconos. Com efeito, em algum lugar está escrito: Estabelecerei seus bispos na justiça e seus diáconos na fé. (I Clemente, 42.1,5).

Clemente entendia que a atitude da Igreja de Corinto

era uma ação indevida a liderança da Igreja, fruto de rebeldia e inveja. E como esses eram constituídos pelo próprio Deus, ao se levantarem contra esses, pecavam contra o próprio Deus.

Seguindo ainda na tradição dos Padres Apostólicos, isto é, na geração pós apóstolos, encontramos Inácio, bispo de Antioquia, que a caminho de seu martírio em Roma, escreve algumas cartas, visando tratar também atos de rebeldia contra a liderança em contextos eclesiásticos específicos.

Na carta aos Efésios, diz: “convém caminhar de acordo com o pensamento de vosso bispo” (4.1). “Se a oração de duas pessoas juntas tem tal força, quanto mais a do bispo e de toda a Igreja!” (5.2). O bispo deve ser recebido e considerado da mesma forma que aquele que o enviou, isto é, o próprio Cristo (6.1).

Na carta destinada à Igreja de Magnésia, diz:

Convém que não abuseis da idade do vosso bispo, mas, pelo poder de Deus Pai, lhe tributeis toda reverência (...) como gente sensata em Deus, se submetem a ele (isto é, o bispo), não a ele, mas ao Pai do bispo de todos, Jesus Cristo. (3.1).

Ainda diz: “Que não haja nada entre vós que vos possa dividir, mas uni-vos ao bispo e aos chefes como sinal de ensinamento e incorruptibilidade” (6.2b).

Na carta aos Tralianos, Inácio diz: “Quando vos submeteis ao bispo como a Jesus Cristo, demonstrais a mim que não viveis segundo os homens, mas segundo Jesus Cristo (...)” (2.1a).

A carta à Igreja de Filadélfia o bispo de Antiquia



apresenta sua questão: “Sei que o bispo, para servir à comunidade, não obteve o ministério, por si mesmo, nem pelos homens, nem por vanglória, mas pelo amor de Deus Pai e do Senhor Jesus Cristo” (1.1a). E mais a frente: “(...) todos aqueles que são de Deus e de Jesus Cristo, esses estão também com o bispo” (3.2b).

Na carta à Igreja de Esmirna, diz:

Segui todos ao bispo, como Jesus Cristo segue ao Pai e ao presbítero como aos apóstolos; respeitai os diáconos como à lei de Deus. Sem o bispo, ninguém faça nada do que diz respeito à Igreja. Considerai legítima a eucaristia realizada pelo bispo ou por alguém que foi encarregado por ele. Onde aparece o bispo, aí esteja a multidão, do mesmo modo que onde está Jesus Cristo, aí está a Igreja católica. Sem o bispo não é permitido batizar, nem realizar o ágape. Tudo o que ele aprova, é também agradável a Deus, para que seja legítimo e válido tudo o que faz (8.1-2).

Assim, a partir de falas como essas, a tradição cristã romana se constituiu, se tornando defensora de uma sucessão apostólica, deste o texto bíblico citado anteriormente, consolidando-se a detentora do céu, a partir dessa suposta hierarquização estabelecida a partir de textos como esses, como se vê no comentário abaixo:

Enquanto em documentos anteriores encontram-se ora um colégio de anciãos (presbíteros), ora uma hierarquia com dois colégios, bispos e diáconos, como responsáveis pelas comunida-

des, as cartas de Inácio são as primeiras testemunhas da hierarquia em três graus: bispos, presbíteros e diáconos. Mas Inácio exalta sobretudo o bispo. Estes são vigários de Deus. (FRANGIOTTI, 1995, p.78).

Os textos citados acima, que visavam lidar com a rebeldia de alguns que se levantaram contra suas lideranças locais, correspondem aos séculos I e II. A construção de uma tradição cristã se dará com o passar dos anos, afinal, o projeto Igreja, não veio pronto, com um manual claro e específico de como ela se estabeleceria, constituiria e se perpetuaria. Essa tarefa foi das gerações seguintes.

Outra obra que vale a pena citar, para entender um pouco esse processo de construção de dominação da Igreja romana frente a cristandade, é o texto de Cipriano de Cartago, *De ecclesiae catholicae unitate*, que na tradução brasileira feita pelas monjas beneditinas da Abadia de N. S das Graças, em Belo Horizonte, publicada pela Editora Paulus, aparece com o seguinte título: *A unidade da Igreja católica*.

Cipriano envolvido com questões importantes de sua época, além desta obra citada acima, escreve *De lapsi*, isto é, sobre aqueles que haviam apostatado devido a perseguição e depois quiseram retornar ao ambiente da Igreja. *De ecclesiae catholicae unitate* foi escrita na ocasião do cisma de Novaciano (Séc. III). Ele havia se consagrado bispo de Roma em 251, em oposição ao papa Cornélio por acreditar que Cornélio era muito tolerante para com os que haviam apostatado durante a perseguição Décio (249-50) e pediam a readmissão à Igreja. Ele acreditava que mais rigorosos padrões de readmissão deveriam ser aplicados. Novaciano foi afastado, mas os seus seguidores formaram uma seita cismática que persistiu por vários séculos. Para tratar deste assunto Cipriano escreveu este tratado.



Claramente ele enaltece a unidade da Igreja, pois como disse Paulo, exortando a Igreja de Éfeso:

Procurando guardar a unidade do Espírito pelo vínculo da paz. Há um só corpo e um só Espírito, como também fostes chamados em uma só esperança da vossa vocação; Um só Senhor, uma só fé, um só batismo; Um só Deus e Pai de todos, o qual é sobre todos, e por todos e em todos vós. (EFÉSIOS 4.3-6).

A partir dessa percepção bíblica, Cipriano enaltece a sucessão apostólica:

96

Por certo os demais apóstolos eram como eram como Pedro; mas o primado é dado a Pedro, e a unidade da Igreja e a da cátedra são assim demonstradas (...) Confia estar na Igreja, quem abandona a Cátedra de Pedro sobre a qual está fundada a Igreja? (4 – segundo o *Primatus Textus*).

Além de outras passagens que foram e são ainda amplamente utilizadas para legitimar a primazia da Igreja Romana: “quem deixa a Igreja de Cristo não alcançará os prêmios de Cristo. É um estranho, um profano, um inimigo. Não pode ter Deus como Pai quem não tem a Igreja por Mãe” (A UNIDADE DA IGREJA CATÓLICA, cap. 6). “Quem estiver fora da Igreja só se salvaria se alguém dos que ficaram fora da arca de Noé tivesse escapado!” (A UNIDADE DA IGREJA CATÓLICA, cap. 6).

Textos como esses foram amplamente utilizados pela Igreja Romana no período da Reforma Protestante para legitimar seu status e condenar as ações dos reformadores.

Não poderia deixar de citar a suposta Doação de Cons-

tantino, que pretendeu ser um ato de doação do imperador Constantino ao Papa Silvestre, sendo tal texto incluído nas “Decretais Forjadas”, cujo texto a Igreja utilizou-se por anos quando se encontrava em controvérsias com o poder temporal para legitimar seu poder perante todo o mundo, não apenas religioso, mas também temporal.

No texto aparece a suposta fala de Constantino:

Entregamos ao já muitas vezes mencionado e bem-aventurado Silvestre, papa universal, tanto o nosso palácio, em sinal de distinção, como também todas as províncias, palácios e distritos da cidade de Roma e da Itália e das regiões do Ocidente; e transmitindo-os ao poder e domínio dele e de seus sucessores, nós (através de uma decisão firme como o é nossa sanção divina, sagrada e imperativa) determinamos e decretamos que eles sejam postos à sua disposição e legalmente o garantimos como possessão permanente da santa Igreja Romana. (BETTENSON, 2011, p.172).

Contudo, este documento fraudulento foi desmascarado no século XV pelo humanista italiano Lourenzo Valla, onde já no subtítulo da tradução de sua obra para o francês vemos: “Onde é provado que esta Doação nunca existiu e que o Ato atribuído a Constantino é obra de uma fraude” (VALLA, 1879).

Outra forma que a Igreja romana se utilizou para tentar solidificar ainda mais a sua supremacia foi o texto de Gregório VII no século XII, o *Dictatus Papae*.

Hildebrando, isto é, Gregório VII apresentou 27 pro-



posições, na obra intitulada *Dictatus Papae*, em 1075, visando estabelecer a força do poder papal como o vigário de Cristo diante dos seus fiéis e do poder temporal. A Igreja como soberana e mãe tem que ser livre de qualquer influência interna (cardeais, bispos) e externa (imperadores). Além de exaltar a Igreja romana, defende a supremacia do papa romano através deste documento, visando uma reforma (VAUCHEZ, 1995, p.90).

Eis algumas proposições:

VIII – *Quod solus possit uti imperialibus insignis* (Que somente ele (o papa) pode usar as insígnias imperiais.

IX – *Quod solius pape pedes omnes principes deosculentur* (Que somente os pés do papa todos os príncipes podem ser beijados.

XIX – *Quod a nemine ipse iudicari debeat* (Que ele mesmo (o papa) não deve ser julgado por ninguém³.

Ao querer fazer frente a **Simonia**, isto é, a venda de favores divinos, bênçãos, cargos eclesiásticos, e tantas outras questões que remetem ao mundo religioso em troca de dinheiro; contra as **Investiduras** (quando o poder imperial podia nomear e depor religiosos) e **Nicolaísmo** (impurezas sexuais na vida dos religiosos), Gregório VII redige essas proposições que evidentemente enaltece o poder do bispo romano, e conseqüentemente da Igreja, acima dos demais religiosos e do poder imperial.

Por fim, e poderia citar outras tantas situações, havia discursos da Igreja que fortalecia ainda mais a sua supremacia, cito o IV Concílio de Latrão de 1215.

Inocêncio III convocou tal Concílio, que ocorreu entre 11 a 30 de novembro de 1215 em Latrão. O Concílio teve 3 sessões (11, 20 e 30 de novembro) (GONZAGA, 1965, p.343-360).

3 ANGELOZZI, Gilberto. *Dictatus Papae*. In: <https://document.onl/documents/dictatus-papae-texto-latino-com-traducao-para-o-portugues.html>. Acesso: 06/10/2022.

Na perspectiva de Concílio medieval, os bispos iam apenas para informar de suas dioceses e receber ordens do papa e formar um pitoresco cenário para as promulgações papais.

Deste Concílio resultou uma declaração de fé com diversas decisões, dentre elas continha as definições dogmáticas acerca da Transubstanciação.

Esta doutrina da transubstanciação fortaleceu ainda mais o poder da Igreja, o que culminou num decreto que fazia obrigatório a confissão auricular, onde o sacerdote absolvía o fiel (*Ego te absolvo*).

Para os romanos, quando Jesus pegou o pão e disse “este é meu corpo”, ele quis dizer “esse pedaço de pão é minha carne física, real e genuína” e com isso, entendeu-se que não simbolizava apenas, mas mudava-se a forma do elemento se tornando literalmente o corpo e o sangue de Cristo após a consagração dos elementos feito por um sacerdote.

Com isso, através de textos utilizados, atitudes estabelecidas, decretos, documentos, a Igreja romana foi cada vez mais se fortificando e se tornando suprema na cristandade, detentora exclusivamente do direito sobre o reino dos céus aqui na terra e na Idade Média percebe-se bem consolidada sua supremacia.

2.PROFETISMOS MEDIEVAIS

A mensagem profética vem desde muito antes do cristianismo, vemos em diversas religiões, além da própria herança hebraica sobre o assunto.

No cristianismo primitivo podemos destacar o Montanismo. Montano, nascido na Frígia, Ásia Menor, entre 155-160, foi o fundador de um movimento de renovação espiritual e moral. Há indícios que escrevera inúmeras obras, mas



nenhuma delas foi encontrada. O que se sabe de Montano é por meio de Eusébio de Cesaréia (*História Eclesiástica*) e Epifânio (*Heresias*). Sobre Montano, nos informa Eusébio:

Como um possesso, em falso êxtase, pôs-se a falar em seus excessos, a proferir palavras estranhas e a profetizar de forma inteiramente oposta ao uso tradicional conservado pela antiga tradição da Igreja (...) O espírito de arrogância ensinava ainda a blasfemar contra a igreja católica, difundida sob o céu, porque não honrava sua falsa profecia, que nela nem tinha acesso (EUSEBIO DE CESAREIA, V,16, 7, 9).

Montano chegou a se declarar o Paráclito prometido (Jo 14.16; 16.7), acreditando que com ele inaugurou-se a Era do Espírito Santo. Teve, em seus discursos um caráter milenarista, com a iminência do fim do mundo. Foi acompanhado por algumas mulheres que o auxiliavam, dentre estas profetisas, a Maximila, foi uma delas.

Sobre as profecias de Maximila, auxiliar de Montano, nos informa Eusébio em sua *História Eclesiástica*: “Há mais de treze anos que esta mulher morreu, e guerra alguma, nem parcial nem geral, houve no mundo, mas por misericórdia de Deus os próprios cristãos usufruíram de paz contínua” (V, 16, 19).

Pregava uma prática rigorosa ascética. Não havia perdão para os pecados pós-batismo. Questionou a autoridade dos bispos. Por esses e outros motivos foi excluído da comunhão cristã. O movimento foi condenado no VI Concílio Ecumênico em Constantinopla (680-681).

O nosso foco é olhar para alguns movimentos proféticos medievais, mas o objetivo em destacar o montanismo,

foi mostrar que houve profetismos na Igreja cristã, antes mesmo da Idade Média. Além desse movimento que não foi reconhecido pela Igreja, autores que fazem parte da tradição da Igreja como, Justino, por volta de 150, Irineu de Lião, ano 180, aderiram também ao tema milenarismo que, posteriormente vemos ainda a contribuição de Lactâncio (séc. IV), como também no mesmo século houve o donatista Ticônio que escreve um comentário sobre o Livro do Apocalipse e Agostinho (séc. V) na *Cidade de Deus*, precisamente no livro XX, quando se propõe a falar do dia do Juízo final, quando já no início declara “não se sabe quantos dias durará o referido juízo” (XX, 1, 1).

A vinda do Anticristo e o fim do mundo sempre foram temas considerados em diversos textos cristãos como algo previsto, porém, sem se saber a data precisa.

Em todo decorrer da Idade Média, a Igreja mediou sobre o fim da história humana tal como foi profetizada pelos diferentes textos apocalípticos. A seguir, Jean Delumeau (1989, p.206), nos apresenta uma lista de diversos textos que tratam do assunto: 20 manuscritos espanhóis dos séculos X-XIII que conservaram o *Comentário do Apocalipse* do monge Beatus de Liebana, que escreveu no final do século VIII. *Apocalipse de Saint-Sever* (XI), com seus monstros fantásticos e também um manuscrito ilustrado do *Comentário de Beatus*. Igrejas francesas dos séculos XII e XIII – Autun, Conques, Paris, Chartres e etc – evocaram a cena do Juízo Final. Surgiram diversos poemas latinos sobre o tema: Commodiano de Gaza (III); Hilário de Poitiers (IV); Pedro Damião (XI); Pedro, o Diácono (XI); Bernardo de Claraval (XIII), entre outros nomes.

Além de todo esse acervo de textos, pinturas, vitrais, toda uma arte iconográfica também contribuiu para a formação do imaginário da cristandade sobre o fim dos tempos. Sobre os discursos escatológicos no medievo, Delumeau chega a informar (1989, p.206):



Há unanimidade entre os historiadores em considerar que se produziu na Europa a partir do século XIV um esforço e uma difusão mais amplos do temor dos derradeiros tempos. É nesse clima de pessimismo geral sobre o futuro – físico e moral – da humanidade que é preciso recolocar o “salve-se quem puder” lançado em 1508 pelo pregador Geiler, na catedral de Estrasburgo. “O melhor a fazer é manter-se em seu canto e enfiar a cabeça num buraco, apegando-se em seguir os mandamentos de Deus e em praticar o bem para ganhar a salvação eterna”.

Delumeau confirma sua afirmação, citando alguns autores e obras que nos informam esse aumento de obras sobre o final dos tempos entre os séculos XIV e XVI, com destaque ao profetismo de Gerônimo Savonarola em Florença no século XV, seguindo o milenarismo dos *Fraticelli* florentinos do século XIII; os sermões de saint Vincent Ferrier e de Manfredo de Vercelli; Revelações de Santa Brígida da Suécia (+1373); *Lendas áureas*, com páginas consagradas ao advento. O *Prognosticon* do eremita alsaciano Jean de Lichtenberger (XV), que previa eclipses, guerras, ruínas e outras desgraças; uns tantos anúncios do fim do mundo; Nicolau de Cusa, no século XV, prevê o fim do mundo para o trigésimo quarto jubileu de Jesus Cristo, isto é, para o ano 1700; as falas escatológicas de Lutero em suas *Conversas à Mesa*; Büllinger, sucessor de Zwinglio, com cerca de 100 sermões sobre Apocalipse, movimentos milenaristas na dita Reforma Radical, entre outros tantos.

Contudo, faz-se necessário olhar para antes destes, isto é, para o período áureo do medievo para entender as manifestações escatológicas posteriores.

Um nome marcante nesse processo de profetismos foi

o de Joaquim de Fiore, um pregador milenarista, asceta, devotado à Igreja, após ter começado a vida numa ordem Cisterciense, decide fundar a sua própria ordem (*Ordo Florensis*) aprovada em 1196 pelo Papa Celestino III, se tornando abade da mesma. Nascido na Calábria em 1132 sua vida se estendeu até 1202. Como nos informa Cohn (1970, p.89) sobre as revelações do monge calabrés medieval, “depois de vários anos passados na meditação das Escrituras, este abade e eremita da Calábria recebeu, entre 1190 e 1193, uma inspiração que lhe revelava um sentido nelas escondido de imenso valor profético”.

Segundo Falbel (1999, p.23), autor da obra *Heresias Medievais*, diz:

poderia ser considerado como a fonte principal das heresias populares, que, em um ou outro aspecto, sofreram influência de suas ideias e visões apocalípticas. Em grande parte das heresias vemos a presença espiritual do místico calabrés.

Como exemplo destes que foram influenciados por suas obras, podemos destacar os amalricianos, vindos de um tal Amaury, no início do século XIII. Este grupo defendia uma tríplice encarnação de Deus, como Pai em Abraão, como Filho em Cristo e como Espírito Santo em cada crente.

Negavam os sacramentos e as instituições eclesiásticas, viam no papa o Anticristo e pretendiam ilimitada liberdade moral. A seita foi descoberta em Paris, em 1209, e condenada em Concílio, em 1210; seus membros foram degradados das ordens sagradas e entregues ao braço secular que os fez queimar. (FALBEL, 1999, p.21).

Vemos um outro grupo que ficou conhecido como os



pseudo-apóstolos ou apóstolos de Cristo, seita que surgiu em 1260, fundada por Gerardo Segarelli, de Parma, morto queimado em 1300. Este grupo teve como seu continuador Dolcino de Novara, filho ilegítimo de um padre, que conquistou muitos adeptos, foi morto condenado a uma fogueira após ter sido mutilado. Este teve revelações se inspirando na linguagem profética de Joaquim de Fiore.

Ele (Dolcino) recebera as revelações dos acontecimentos presentes e futuros e tinha a missão de explicar as profecias e interpretar, nestes últimos tempos, as escrituras do Velho e Novo Testamento. Todos que o perseguissem, clero secular, pessoas do povo, predicadores e menores, seriam exterminados e os sobreviventes passariam para a seita e juntar-se-iam a ele (FALBEL, 1999, p.68).

Os sacerdotes e papas mundanos seriam exterminados, estabelecidos os que agradam a Deus, isto é, os membros da seita, e depois viria um papa santo.

Podemos citar ainda Pedro João Olivi, nascido por volta de 1248 ou 1249, e morto em 1298, de onde vieram as maiores influências dos beguinos, ou Irmãos Pobres da Penitência da Ordem de São Francisco. Seus comentários sobre o Apocalipse foram lidos em latim e língua vulgar, uma importante obra escatológica medieval. “No comentário ao Apocalipse, Pedro João Olivi combinou os devaneios apocalípticos de Joaquim de Fiore com as elocubrações do Frade Menor Gerardo de Borgo San Donnino, expressas em 1254” (FALBEL, 1999. p.82).

Estes são alguns dos movimentos proféticos que surgiram sob influência das mensagens de Joaquim de Fiore, que previram catástrofes, juízos, apresentaram anticristos, sendo alguns destes os próprios papas, entre outras inúmeras.

ras profecias. Mas, voltando a Joaquim de Fiore, no que consistia as mensagens e doutrinas do monge calabrés?

Para ter uma noção do pensamento do calabrés, Fournier (1909, p.3), no seu texto destaca algumas obras relevantes impressas no século XVI a qual ele teve acesso: *Expositio in Apocalypsim*; o *Psalterium decem chordarum*; *Concordia Novi et Veteris Testamenti*, além do tratado *Super IV Evangelia* ou *Concordia Evangeliorum*, que a partir destas obras nos apresenta suas principais doutrinas.

Quando se fala de Joaquim de Fiore logo vem à mente o que mais ficou conhecido de seu pensamento, a divisão feita da história do mundo. Segundo ele, o mundo, após ter vivido sob o reino do Pai (AT), depois sob o do Filho (NT), entraria em 1260 no reino do Espírito, com a era dos monges, na qual o *Evangelium eternum* (Apoc. 14.6), isto é, uma interpretação espiritual superior (*intelligentia spiritualis*) dos dois Testamentos, seria pregado por uma nova ordem monástica (*Ordo iustorum ou monachorum*) e a corrompida Igreja carnal cederia lugar à perfeita Igreja do espírito. Portanto, segundo ele, na era do Espírito os monges governariam o universo e a humanidade se converteria à pobreza evangélica, o ideal cristão. Seria o *Sabá*, a era do repouso e de paz. O universo se tornaria um mosteiro povoado de santos que celebrarão a glória do Senhor, e esse reino durará até o Juízo Final. Assim, Joaquim de Fiore acreditava que a salvação viria através do monacato, purificado e simplificado. O novo tipo de ordem contemplativa e missionária que tinha como regra a pobreza e a contemplação e a Igreja hierarquizada cederia o seu lugar para a Igreja espiritual.

A partir de uma leitura bíblica nitidamente alegórica, repleta de simbolismos numéricos, bem livre e variante em suas interpretações e simbolismos, procurou trazer reve-



lações do desenvolvimento futuro da história da humanidade, que levaria os religiosos mundanos, envolvidos em simonia, tidos como mercenários, e praticantes de relações ilícitas, ao juízo divino, caso não vivessem uma vida pura e santa, sob o ideal monástico. As três pessoas da Trindade corresponderiam à três épocas diversas da história da salvação, contendo 42 gerações de 30 anos cada uma, assim chegou à datação do ano 1260.

Além das denúncias apresentadas acima, o monge cabrês foi um intenso crítico, ao escolasticismo, especialmente a Pedro Lombardo, o mestre das Sentenças, a quem não poupa suas críticas e combate com implacabilidade particular (FOURNIER, 1909, p.11), ao direito canônico e ao racionalismo exagerado da fé, que para ele, distanciava a Igreja de uma vida cristã piedosa.

106

Assim, as eras tinham suas correspondências, segundo apresentou Falbel (1999, p.73):

A Idade do Pai era dominada pela letra da lei e pela carne e também era chamada de a época dos desposados e dos leigos; a Idade do Filho representava um estágio intermediário entre o espírito e a carne, denominada também a época dos clérigos; enfim, a terceira e última idade, a do Espírito Santo.

Segundo ainda explica Cohn (1970, p.89):

Se a primeira fora uma idade de terror e servidão e a segunda uma idade de fé e de submissão filial, a terceira 'Seria uma idade de amor, de alegria e de liberdade, em que o conhecimento de Deus seria revelado directamente nos corações de todos os homens.

Antes da era do Espírito Santo, aproximadamente três anos e meio, segundo as contas do monge calabrês, se estabelecerá o reino do Anticristo, um rei secular que castigaria a Igreja mundana, até que fosse completamente destruída. Depois o Anticristo seria vencido, e aí começaria a era do Espírito Santo.

Na ala rigorista mais rígida da Ordem Franciscana, tais ideias tiveram ampla aceitação, sendo eles a nova ordem anunciada pelo abade calabrês. O mundo se tornaria um grande mosteiro, onde os homens seriam monges contemplativos, o ideal cristão, segundo Joaquim de Fiore. O monge calabrês fazia distinção entre os clérigos seculares, os religiosos ligados a paróquia, os fiéis e as coisas deste mundo e os clérigos regulares, que vivem reclusos em suas ordens religiosas, sendo os seculares inferiores em relação aos regulares, segundo Joaquim de Fiore (FOURNIER, 1909, p.7). Obviamente houve rejeição e perseguição por parte da Igreja que não aceitou tais profecias e certas abordagens, que de uma certa forma ia contra a ideia de hierarquização da Igreja.

Suas críticas foram direcionadas não a toda a Igreja, vale destacar, a quem tinha grande estima e obediência, mas àqueles que não viviam de acordo com o ideal religioso, ricos e religiosos carnais, pois sua simpatia estava com os fracos e oprimidos (FOURNIER, 1909, p.6). Além do mais, ele foi sempre alguém de dentro da Igreja, chegou a ser encorajado por três papas para escrever suas revelações, e não de fora, como outros movimentos que surgiram contra a Igreja oficial, como por exemplo, os valdenses.

As pregações eram piedosas e pacíficas na origem, mas com o passar do tempo começou a gerar contestações. Os franciscanos “espirituais”, que apoiavam tais teses, opuseram-se à riqueza e ao poder da Igreja e foram perseguidos pela hierarquia. As revelações de Joaquim foram interpretadas e até mesmo profecias foram forjadas e atri-



buídas a ele. Na Alemanha, nasceu e perdurou a crença de que Frederico II iria ressuscitar e este seria o vingador das injustiças, “o imperador dos últimos dias”.

Mal Frederico I (Barba Ruiva) perecera na Terceira Cruzada em 1190, logo começaram a aparecer na Alemanha profecias que contavam a história de um Frederico futuro, o qual, como Imperador dos últimos Dias, haveria de completar a obra inacabada; um salvador escatológico que, libertando o Santo Sepulcro, prepararia o caminho para a Segunda Vinda e para o Milénio. Quando, trinta anos mais tarde, a coroa imperial foi atribuída a Frederico II, que era neto do Barba Ruiva, tais profecias ser-lhe-iam confiadamente aplicadas. E assim, pela primeira vez, a imagem do Imperador dos Últimos Dias se ligava ao chefe actual do complexo territorial, que tinha o seu centro na Alemanha mas que também abrangia a Borgonha e a maior parte da Itália e que viria a ser conhecido no Ocidente como Império Romano (mais tarde, Santo Império Romano). (COHN, 1970, p.91).

Surgiram alguns se denominando este Frederico profetizado e outras tantas interpretações que só trouxeram confusão e perseguição da Igreja. Portanto, vale destacar que o profetismo de Joaquim de Fiore teve interpretações e desdobramentos com o passar do tempo, sendo este uma voz milenarista importante no medievo que trouxe reflexos em movimentos posteriores a ele e reações da Igreja hegemônica do medievo.

3.CULTURA DO MEDO – MEDOS ESCATOLÓGICOS

Ao lermos o texto bíblico de Apocalipse, mesmo diante de um cenário amedrontador com muitas destruições, terror, entendo que seja uma palavra de esperança para a Igreja, que apesar de todo esse sofrimento iminente, todo o mal terá fim, e no final o bem prevalecerá e todos aqueles que são de Deus, serão resguardados e gozarão das benesses do céu que lhes é prometido.

Diante das pestes, guerras, fome, e tantos acontecimentos difíceis no medievo, a crença na vinda do Anticristo e no fim do mundo iminente foi cada vez mais comum. Vozes se levantaram, o medo e o terror se estabeleceram, afinal, a impressão que se tem é de que a ênfase estava na destruição, no juízo e não no fim glorioso.

O que caracteriza a partir do século XIV a iconografia e a literatura consagrada ao Juízo Final é o acento colocado: a) na variedade e no caráter apavorante das provas que se abaterão sobre a humanidade – os quinze sinais do fim do mundo que Beda, o Venerável, dizia ter lido em São Jerônimo; b) na severidade do Deus-justiceiro – ele provoca medo em Lutero e na maior parte dos cristãos conscientes de sua geração; em um Juízo Final de Lucas de Leiden, ele delega a Satã o cuidado de guardar o livro onde são inscritas as ações humanas (museu de Leiden); c) na atrocidade dos tormentos infernais. (DELUMEAU, 1989, p.209).

A Igreja, tida como a porta-voz oficial e exclusiva do céu, interpretava os acontecimentos, e todo o discurso que



surgisse, para ser aceito, tinha que passar pelo seu crivo. Aqueles que não tiveram a aprovação eclesiástica, eram rechaçados, excluídos, perseguidos e até martirizados, pelo braço secular, é verdade, mas sob os mandos da Igreja.

É justamente na Idade Média que a Igreja intensifica a questão da excomunhão, isto é, declaram aqueles que não se adequam as suas diretrizes e normas, fora da comunhão da Igreja, e como vimos anteriormente Cipriano, no século III, já determinando que fora da Igreja não havia salvação. A Igreja se valeu dessa fala, fora de contexto é verdade, e começou a ratificar ainda mais a sua supremacia, e ao se valer de passagens assim, soava como uma condenação eterna já em vida, pois a Igreja, na pessoa de Pedro, havia recebido as chaves do céu (MATEUS 16.19), segundo a interpretação romana.

Além da excomunhão, meio mais brando, porém, não menos nocivo, segundo as concepções de um religioso medieval, o próximo meio coercitivo que a Igreja lançou, foi a Inquisição.

A Gregório IX devemos a organização do tribunal inquisitorial e, em 1229, no Concílio de Toulouse, foi criado oficialmente o Tribunal do Santo Ofício. Os dominicanos logo se puseram à disposição da nova instituição, cabendo-lhes a tarefa de legislar e condenar os heréticos, entregando-os ao braço secular. (FALBEL, 1999, p.17).

Portanto, vemos a Igreja cada vez mais implacável, amedrontando a cristandade com seu braço forte e exclusivo, intimidando, amedrontando e punindo severamente.

Os nomes e grupos que foram listados acima sobre o profetismo medieval, contrariando a chancela da Igreja, provaram dessa ingerência e punições estabelecida pela

Santa Sé.

Uma das características do profetismo, além de anunciar eventos futuros, isto é, escatológicos, sempre foi comum ser uma voz de denúncia, basta ver os profetas veterotestamentários. No medievo não foi diferente, principalmente pós Joaquim de Fiore, com os grupos herdeiros, ou seja, influenciados por este, quer seja direta ou indiretamente. As denúncias contra a Igreja foi se intensificando cada vez mais, até culminar na dita Reforma Protestante no século XVI.

Joaquim de Fiore, por exemplo, teve suas pregações rejeitadas, posteriormente, por serem consideradas antieclesiásticas, por ir contra a hierarquização da Igreja e ter um sentido abertamente secular, afinal, na era do Espírito Santo, todos teriam acesso ao viver piedoso monacal, vivendo no modelo ideal cristão, e os religiosos mundanos, mercenários, carnais, sofreriam o juízo divino.

Se tinha uma percepção escatológica antes do monge calabrés, de que haveria uma *Civitas Dei in terris*, sob o comando da Igreja terrena, mas o que vemos em sua mensagem, e depois intensificada por algumas interpretações, é que a Igreja mundana, os clérigos imorais, seriam destruídos e estabelecida uma nova ordem, esta sim, espiritual e não mais carnal, como se mostrava a Igreja da época e com isso, se estabelece outra concepção escatológica, de um novo fim, não mais sob a ingerência de uma Igreja institucionalizada, mas a verdadeira e santa Igreja, predita nas Escrituras e na tradição anterior a esta hegemonia romana.

Claramente não houve aceitação por parte da Igreja oficial, os escritos de Joaquim foram condenados num Sínodo Provincial de Arles (depois de 1263) (FLABEL, 1999, p.74). Além disso, foi acusado de defender o triteísmo, já que seu discurso se baseava na crença trinitária, e segundo alguns intérpretes, ele não deixava claro a unidade das três



peçoas da Trindade, levando a crer, por alguns, que ele defendia três deuses e não apenas um e três pessoas distintas, como defendia a tradição cristã. Fournier (1909, p.16) atribui tal percepção trinitária do monge calabrés a influência sofrida pela tradição teológica da igreja oriental grega.

Portanto, o que se vê na escatologia medieval, é uma Igreja coercitiva, com ênfase escatológica na destruição, punição e no juízo divino e quando vozes se levantavam denunciando esta Igreja distante dos princípios bíblicos cristãos, intensificava-se ainda mais essa percepção de domínio, medo e flagelos e o céu, numa realidade cada vez mais distante, pois para se chegar a ele, tinha que passar por essa Igreja.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quando falamos de escatologia medieval a ênfase da mensagem do fim dos tempos encontra-se no medo, promovendo um pânico coletivo. Ao invés de trazer consolo, segurança àqueles que estão em Cristo, como vemos no Apocalipse de João, os ouvintes medievais ficavam temerosos e não se sentiam seguros para viverem o fim em paz, esperando as benesses da vida eterna para os cristãos genuínos.

Além disso, os discursos escatológicos serviram como mensagens de poder, a supremacia da Igreja como a única detentora de tal mensagem, que se estabelecia cada vez mais, pois ela interpretava o fim e/ou legitimava ou não as vozes que surgiram nesse tempo.

Os que se levantaram para “prever” o fim do mundo, também serviram para denunciar os erros e escândalos da Igreja. Por isso, a Igreja romana intervia com braço forte, fortalecendo-se ainda mais, mostrando quem tinha a prerrogativa sobre o céu.

Previsões foram feitas, expectativas criadas, perse-

guições e mortes, medo e terror. Diversas interpretações equivocadas do texto bíblico surgem nesse período. Uma hermenêutica alegórica serviu de lente para muitas das profecias.

Em relação aos discursos escatológicos de hoje, em que somos semelhantes e diferentes da escatologia medieval?

Interpretações equívocas, previsões infundadas, tudo isso ainda encontramos hoje, porém, há menos denúncias, a meu ver, como se tinha com os diversos movimentos proféticos do medievo. Na atualidade, procura-se interpretar os eventos históricos, porém, pouco se fala do céu, não se deseja estar com Cristo como se deveria, afinal, significa a vitória final, basta ver as canções entoadas em nossos cultos, as mensagens pregadas, cuja esperança está aqui e agora e não mais se deseja viver na eternidade com o Senhor supremo da Igreja.

A escatologia medieval nos ensina, caminhos diferentes do que se espera, como também, nos revela a coragem de alguns, que ousaram denunciar os desvios daquela que deveria ser a porta voz do céu, e não a dominadora das chaves, isto é, a Igreja de Cristo e não a romana.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINHO. *A cidade de Deus: contra os pagãos* – Parte II. Tradução: Oscar Paes Leme. Petrópolis. Editora: Vozes, 2012.

ANGELOZZI, Gilberto. *Dictatus Papae*. In: <https://document.onl/documents/dictatus-papae-texto-latino-com-traducao-para-o-portugues.html>. Acesso: 06/10/2022.

BETTENSON, Henry. *Documentos da Igreja Cristã*. 5º Edição. São Paulo. ASTE, 2011.

CIPRIANO DE CARTAGO. *Unidade da Igreja católica*. In:



Obras Completas I. Tradução: Monjas Beneditinas, Antônio Marchionni. São Paulo. Editora Paulus, 2016.

CLEMENTE ROMANO. Primeira carta de Clemente aos coríntios. In: *Padres apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancini. São Paulo. Editora: Paulus, 1995.

COHN, Norman. *Na senda do milênio: milenaristas revolucionários e anarquistas místicos da Idade Média*. Portugal. Editora Presença, 1970.

DELUMEAU. Jean. *História do medo no Ocidente: 1300-1800*. Tradução: Maria Lúcia Machado. São Paulo. Companhia das Letras, 1989.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Trad. Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria de Cristo. São Paulo. Ed. Paulus, 2000.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo. Editora: Perspectiva, 1999.

FOURNIER, Paul. *Étude sur Joachim de Flore et ses doctrines*. Paris. Alphonse Picard & Fils, 1909.

FRANCO JÚNIOR, Hilário. *A Idade Média, nascimento do ocidente*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

FRANGIOTTI, Roque. Introdução as cartas de Inácio de Antioquia. In: *Padres apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancini. São Paulo. Editora: Paulus, 1995.

GONZAGA, Javier. *Concilios*. Vol. I. USA. International Publications, 1965.

INÁCIO DE ANTIOQUIA. As cartas de Inácio de Antioquia. In: *Padres apostólicos*. Tradução: Ivo Storniolo, Euclides M. Balancini. São Paulo. Editora: Paulus, 1995.

PIERINI, Franco. *A Idade Média: curso de história da igreja II*. Tradução de João Mário de Almeida. São Paulo: Paulus, 1997.

VALLA, Laurent. *La donation de Constantin*. Premier titre du pouvoir temporel des Papes. Traduit en français: Alcides Bonneau. Paris. Isidore Liseux Éditeur, 1879.

VAUCHEZ, André. *A espiritualidade na Idade Média ocidental (séculos VIII a XIII)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

